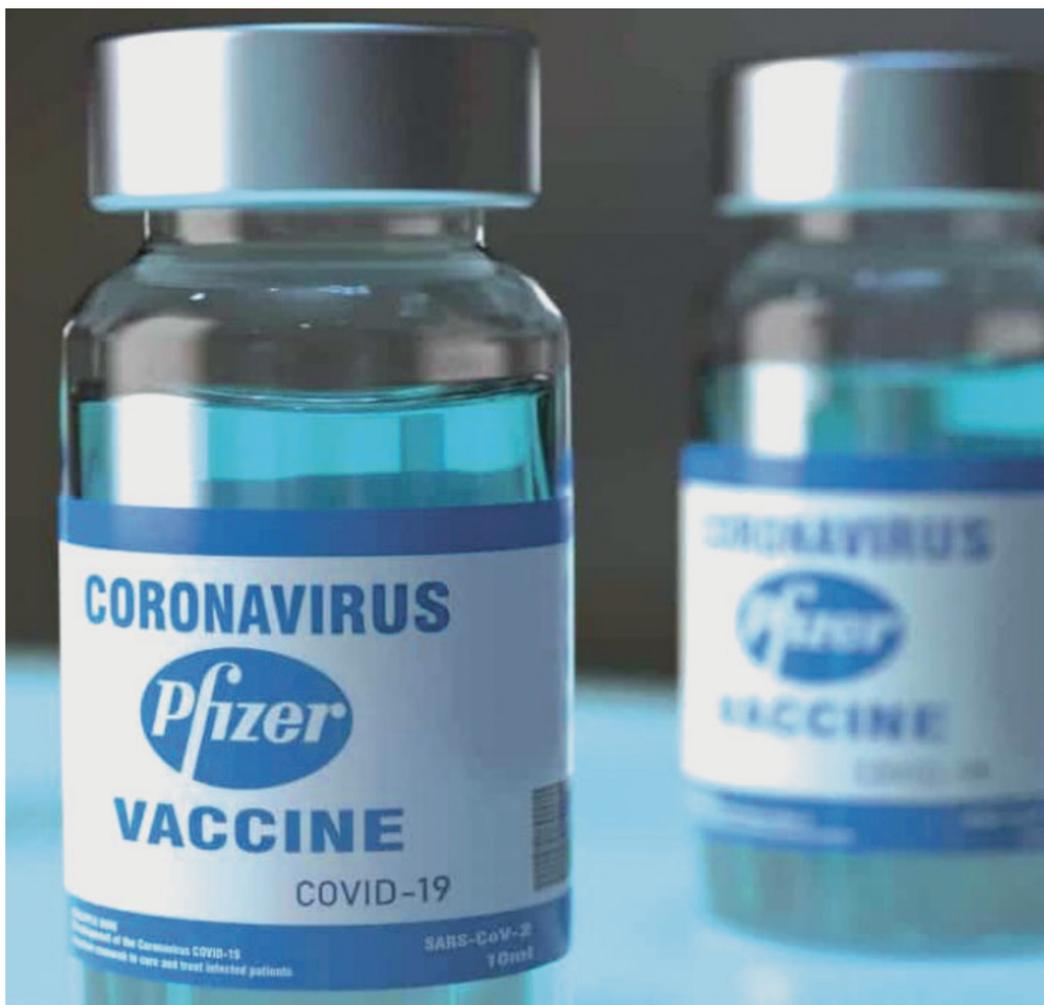


## Governo decide comprar doses de vacinas da Pfizer e da Janssen, dizem auxiliares



Após meses de negociações, o governo federal decidiu fechar contrato para a compra das vacinas da Pfizer e da Janssen (braço farmacêutico do laboratório Johnson & Johnson).

Segundo auxiliares, o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, pediu nesta quarta-feira (3) que haja celeridade no contrato para compra de doses das duas empresas.

A decisão ocorre após aprovação de um projeto de lei no Congresso que visava desatar a compra dos dois imunizantes. A previsão de fechar o acordo também foi apresentada a representantes da Confederação Nacional dos Municípios, que participam de reunião com o ministro.

Nesta quarta (3), o secre-

tário municipal da Saúde de São Paulo, Edson Aparecido, anunciou que a prefeitura estava negociando a compra das duas vacinas contra a Covid-19, fora do Programa Nacional de Imunizações.

“Temos uma primeira reunião com a Janssen nesta tarde. Com a Pfizer, já tivemos dois contatos e esperamos retorno. Estamos tentando ver todas as possibilidades para avançar para uma futura compra”, afirmou o secretário à reportagem.

Pazuello disse a auxiliares que a expectativa é que o contrato com a Pfizer seja fechado ainda nesta quarta-feira. Ainda não há previsão sobre o contrato com a Janssen.

A pasta negocia 100 milhões de doses da Pfizer. O cronograma preliminar pre-

via a entrega de 9 milhões até junho, e o restante até o fim deste ano. Nos últimos meses, no entanto, o governo vinha fazendo críticas a empresa, alegando que cláusulas “leoninas” impediam de fechar o contrato.

A principal crítica era em relação a uma cláusula que previa isenção de responsabilidade da empresa em caso de eventos adversos da vacina - o que, segundo especialistas, trata-se de uma cláusula já usada em outros países.

Além disso, a cláusula que isentava a AstraZeneca de responsabilidade por eventuais eventos adversos e danos relativos à vacina de Oxford não impediu que governo fechasse contrato com a empresa ainda em 2020 por meio da Fiocruz.

## Economia



**PIB mostra queda recorde de 4,5% do setor de serviços e retração de 3,5% da indústria**

Página - 03

**Pequenas empresas veem oportunidades geradas pela crise**

Página - 03

## Política



**Nova alta do petróleo reforça mudança na Petrobras, diz Bolsonaro**

Página - 04

## Agronegócio



**CNA projeta crescimento de 2,5% do PIB agropecuário em 2021; milho pode pressionar**

Página - 05

## No Mundo

### Alemanha e França agem contra grupos de direita radical



Os dois mais importantes países da União Europeia - a Alemanha e a França - fecharam o cerco contra movimentos suspeitos de atividade e discurso de extrema direita.

Na Alemanha, o partido de direita radical Alternativa para a Alemanha (AfD), principal agremiação de oposição, foi colocada sob investigação do Escritório Federal de Proteção à Constituição (BfV, na sigla alemã). Já o governo francês vai banir o grupo de extrema direita Geração Identitária.

A decisão de vigiar o AfD foi tomada depois de dois anos de investigação sob a atividade xenófoba do partido. Advogados e especia-

listas em extremismo analisaram discursos de políticos da AfD e publicações na internet e concluíram que eles são suspeitos de extremismo e podem significar risco à democracia alemã.

Líderes do partido reagiram ao anúncio dizendo que há motivação eleitoral e afirmaram que vão recorrer à Justiça. Criada em 2013, a sigla tem um discurso abertamente contra imigrantes, principalmente muçulmanos, e cresceu após a crise dos refugiados de 2015, quando cerca de 2 milhões de imigrantes entraram na Alemanha.

Nas últimas eleições para o Parlamento alemão, em 2017, a AfD ficou em terceiro lugar, com 12,6% dos votos

e 94 (13,3%) dos 709 deputados. Desde então, perdeu popularidade e recebeu críticas por sua retórica xenófoba após um ataque em Hanau no início do ano passado e pela participação em protestos que reuniram seus membros terminaram em violência -num deles, manifestantes tentaram invadir o Parlamento.

Pesquisas recentes dão à AfD de 8% a 11% das intenções de voto para as eleições do segundo semestre.

As autoridades alemãs já tinham dissolvido no ano passado a ala extremista da AfD, chamada Flügel (asa), mas a agência de segurança diz que seus membros ainda mantêm influência preocupante na agremiação. Ana Estela de Sousa/Folhapress

### Reforma pode beneficiar milhares de imigrantes brasileiros nos Estados Unidos



Apresentada ao Congresso na semana passada, a ambiciosa proposta de reforma migratória do presidente Joe Biden pode beneficiar milhares de imigrantes brasileiros, legais ou indocumentados, que já estão nos EUA ou ainda pretendem ir. A nova legislação, chamada de "Ato de Cidadania dos EUA de 2021", propõe um caminho de oito anos para a legalização de imigrantes que vivem no país.

A proposta também facilitaria a obtenção de green card e reduziria o caminho para a cidadania para os "dreamers", como são chamados os imigrantes sem documen-

### Concorrentes históricas, Merck e J&J se unem para produzir vacina nos EUA

Um acordo costurado pela Casa Branca uniu dois rivais do setor farmacêutico em um negócio histórico. Confirmando rumores, o governo americano confirmou na tarde desta terça-feira, 2, que a Merck ajudará a Johnson & Johnson's na fabricação de sua vacina de uma dose contra a covid-19.

O acordo havia sido antecipado mais cedo por fontes ouvidas pelo jornal The Washington Post. Um anúncio oficial ainda deve ser feito hoje pelo presidente Joe Biden.

A vacina da Johnson & Johnson's é uma das mais aguardadas por precisar de somente uma dose, enquanto as demais vacinas aprovadas até agora precisam de duas.

A FDA, agência reguladora americana, aprovou a vacina da J&J neste fim de semana.

Ao todo, ao menos 88 países já compraram mais de meio bilhão de doses da vacina até agora. Só os EUA compraram, sozinhos, mais de 100 milhões de doses. O Brasil, por enquanto, não tem acordo com a farmacêutica.

Oficiais que falaram em condição de anonimato afirmam que o governo americano começou a procurar parceiros para escalar a produção da J&J, dada a grande aposta na vacina, e assim chegaram até a Merck, que é uma das principais fabricantes de vacinas do mundo e também americana, após se separar da farmacêutica alemã de mesmo nome. Exame



tos que chegaram aos EUA ainda crianças, acompanhando os pais.

O governo americano estima que ao menos 11 milhões de pessoas vivam ilegalmente no país. Dados mais recentes do Pew Research Center indicam que, em 2017, pelo menos 160 mil brasileiros estavam ilegais. Gabriela Ribeiro, de 28 anos, chegou a Newark, em New Jersey, em 2019. Formada em administração, vendeu a empresa que tinha com o marido e viajou para os EUA. "Não viemos para cá pensando em ficar ilegalmente. Queríamos ficar seis meses, estender nosso visto por mais seis meses e ver

como seria", conta. Mas, uma vez no país, o casal avaliou que não era vantagem voltar.

Moradores de uma "cidade-santuário", onde a legislação local protege a comunidade de imigrantes ao bloquear o repasse de informações de agências locais ao ICE, o serviço de imigração federal, Gabriela e o marido levam uma vida normal, trabalham e pagam impostos. Ainda assim, ela vê uma mudança significativa.

Embora os critérios de elegibilidade para o processo de legalização ainda não estejam claros, ela pretende se candidatar.

Estado SP

Editorial: Daniela Camargo  
Comercial: Tiago Albuquerque  
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda  
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B - Centro - Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br  
Cnpj: 35.960.818/0001-30

## PIB mostra queda recorde de 4,5% do setor de serviços e retração de 3,5% da indústria



A pandemia do novo coronavírus teve efeitos desiguais em 2020 sobre os três grandes setores que compõem o PIB (Produto Interno Bruto), com retração em serviços e indústria e avanço na agropecuária.

Principal motor da atividade econômica brasileira e maior empregador do país, o setor de serviços amargou queda de 4,5% em 2020.

Foi o maior recuo da série histórica, iniciada em 1996, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O pior resultado anterior da série foi em 2015 (-2,7%).

O setor é responsável por 75% do cálculo do PIB e seu

desempenho é fundamental para a recuperação da crise. Também responde por quase 50% do emprego no país.

O impacto foi maior nos segmentos que mais necessitam de atendimento presencial, como alimentação, hospedagem e lazer. O subsetor Outras atividades de serviços, onde elas se encaixam, teve queda de 12,1% -a maior do setor.

De acordo com o IBGE, os serviços prestados às famílias foram os mais afetados negativamente pelas restrições de funcionamento. A segunda maior queda ocorreu nos transportes, armazenagem e correio (queda de 9,2%), principalmente o transporte de passageiros,

atividade econômica também muito afetada pela pandemia.

A retomada desses segmentos tem como obstáculos as restrições ao funcionamento de parte dos estabelecimentos -restaurantes com capacidade reduzida e cinemas e teatros fechados, por exemplo-, o elevado desemprego, que reduz o poder de compra da população, e o próprio temor de contaminação, que leva muitas pessoas a evitar o risco de aglomeração.

Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, afirma que a queda de serviços é atípica para momentos de crise, o que reforça a particularidade da retração de 2020.

Eduardo Cucolo/Folhapress

## Pequenas empresas veem oportunidades geradas pela crise

Apesar de quase metade (49%) das micro, pequenas e médias empresas terem sofrido impactos negativos devido à crise gerada pela pandemia de covid-19, 90% acreditam que o momento abriu novas oportunidades. Esses são os resultados da pesquisa feita pela Serasa Experian ouvindo 521 empreendedores de pequeno e médio porte.

Para 38% dos empresários, a crise abriu espaço para aprender novas modalidades de vendas, 33% acreditam que o momento permite empreender e inovar, enquanto 33% estão revendo as parcerias e os fornecedores. Outras oportunidades citadas pelos micro e pequenos empreendedores foram: aplicar estratégias de acordo com o perfil dos clientes (26%), investir em novas tecnologias (26%) e ter mais tempo para planejamento e gestão (21%).

Mais da metade (52,6%) dos empresários pretende expandir os negócios com o fim da crise e retomada da economia, enquanto 29,2% estimam que conseguiram voltar ao mesmo patamar de antes da pandemia.

Fora os 49% que afirmam ter sofrido os efeitos negativos da crise, 36% disseram não ter tido perdas e 15% conseguiram ter um saldo positivo no período.

A principal mudança estrutural promovida pelas empresas foi a alocação de recursos para trabalhar e atender de forma remota, mencionada por 53,2%, seguida pelos investimentos em tecnologia para as vendas não presenciais (51,7%). A gestão financeira foi um ponto em que 39,4% dos empreendedores fizeram alterações importantes para passar pelo período.

Daniel Mello/ABR



## Consumo das famílias cai 5,5% em 2020, e investimento recua 0,8%



Base da recuperação econômica após a recessão iniciada em 2014, o consumo das famílias brasileiras caiu 5,5% em 2020 em relação a 2019, segundo dado divulgado nesta quarta-feira (3) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O consumo das famílias é o principal componente do PIB (Produto Interno Bruto), sob a ótica da demanda, respondendo por quase 70% do cálculo do indicador, e vinha sustentando a lenta retomada da economia nos últimos anos, enquanto investimentos e mercado externo oscilavam.

O número representa a maior queda registrada na série histórica, iniciada em 1996. O pior resultado anterior da série foi em 2016 (-3,8%).

Uma queda ainda maior do consumo das famílias foi evitada pelos programas de apoio financeiro do governo e pelo crescimento do crédito voltado às pessoas físicas.

Os números do PIB mostram também que os investimentos públicos e privados (a chamada Formação Bruta de Capital Fixo) na economia brasileira recuaram 0,8% em 2020. O pior resultado anterior foi em 2015 (-13,9%).

O consumo do governo caiu 4,7% no ano, segundo o IBGE. O resultado desse componente é influenciado por fatores como números de matrículas nas escolas públicas, internações no SUS (Sistema Único de Saúde) e gastos com salários do funcionalismo. No semestre passado, os dois primeiros fatores puxaram o número para baixo.

Outros dois componentes da demanda são as exportações e as importações. As importações caíram 10%, e as vendas de bens e serviços para o exterior recuaram 1,8%.

Eduardo Cucolo/Folhapress

## Política

### Senado aprova MP que autoriza crédito de R\$ 2,5 bi para Covax Facility



O Senado aprovou ontem (3) a Medida Provisória 1004/2021, que abre crédito de R\$ 2,5 bilhões para participação do Brasil no consórcio internacional Covax Facility. Esse dinheiro será usado pelo Ministério da Saúde para a compra de doses adicionais de vacinas ainda no primeiro semestre. O Congresso já havia autorizado, em fevereiro, a participação do país no consórcio.

A Covax Facility é uma aliança internacional da Organização Mundial da Saúde (OMS), da Gavi Alliance e da Coalition for Epidemic Preparedness Innovations (CEPI), que tem como principal objetivo acelerar o desenvolvimento e a fabricação

de vacinas contra a covid-19 a partir da alocação global de recursos para que todos os países que façam parte da iniciativa tenham acesso igualitário à imunização.

É uma plataforma colaborativa, subsidiada pelos países-membros, que também visa possibilitar a negociação de preços dos imunizantes. A adesão permitirá o acesso do país a portfólio de nove vacinas em desenvolvimento, além de outras em prospecção.

De acordo com a MP, que foi aprovada no seu último dia de validade, o uso do crédito será feito da seguinte forma: um pagamento inicial de R\$ 711,6 milhões; outro de R\$ 91,8 milhões a título de garantia de compartilhamento de riscos, e mais R\$ 1,7 bi-

lhão para acesso às doses de vacina. A estimativa é que o Brasil obtenha 10,6 milhões de doses de vacina até o fim do primeiro semestre.

“É importante a imunização da sociedade brasileira para conter o avanço da pandemia, diminuindo o número de óbitos e pessoas hospitalizadas que aumentam a cada dia. Além disso, com a vacinação, é possível a volta da normalidade, com o retorno das atividades corriqueiras da vida cotidiana, bem como a retomada econômica plena”, disse o relator da MP no Senado, Marcos Rogério (DEM-RO), em seu parecer.

Aprovado em votação simbólica e sem alterações, o texto vai à promulgação pelo Congresso Nacional. ABR

### Senado vota proposta que cria liderança da bancada feminina na terça



Em reunião virtual com com a bancada feminina no Senado nesta quarta-feira (3), o presidente da Casa, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), se comprometeu a colocar como primeiro item da pauta da sessão do plenário da próxima terça-feira (9) o Projeto de Resolução do Senado PRS 6/21 que trata da indicação de líder e vice-líder da bancada feminina.

“O papel da liderança é ter voz e vez na bancada. Não teremos voz, nem vez à altura da nossa representatividade (de tudo aquilo que nós representamos defendendo não só a mulher, mas a sociedade brasileira na sua pauta, pelo olhar e pela sensi-

### Nova alta do petróleo reforça mudança na Petrobras, diz Bolsonaro

O presidente Jair Bolsonaro disse hoje (3) que o preço do petróleo no mercado internacional deve subir mais nas próximas semanas, impactando novamente o preço dos combustíveis no Brasil. Para ele, isso reforça a necessidade de troca do comando da Petrobras.

No mês passado, Bolsonaro anunciou a indicação do general Joaquim Silva e Luna para assumir a presidência da estatal, no lugar de Roberto Castello Branco, que está no cargo desde o início do governo. O mandato de Castello Branco acaba em 20 de março e a troca ainda precisa ser deliberada pelo Conselho de Administração da Petrobras.

Brasília, de um encontro com embaixadores de países do Golfo Pérsico, região que concentra a maior parte da produção de petróleo do mundo. “Falei sobre petróleo e eles acham que o preço ainda não está muito adequado,

pode ser que tenhamos uma alta no petróleo nas próximas semanas. Isso complica pra gente e reforça nosso interesse em efetivamente mudar o presidente da Petrobras”, disse o presidente ao deixar a residência do embaixador do Kuwait no Brasil, Nasser Riden T. Almotairi.

O presidente reforçou que não se trata de uma interferência na estatal, mas que a empresa pode colaborar com outros órgãos em medidas como combate a cartéis e à adulteração de combustíveis e na diversificação do mercado de refino de petróleo.

“Tem uma refinaria, de um dos embaixadores, que está operando com 70% da capacidade. Lamento informar, mas parece que poderíamos estar refinando mais e há interesses, que estamos apurando, em refinar menos para nos obrigar a importar o óleo diesel, o que encarece o produto final aqui no Brasil”, explicou Bolsonaro. ABR



bilidade feminina) se nós não tivermos assento no Colégio de Líderes para falar, para reivindicar pauta, para deliberar o que entra e o que não entra na pauta [do plenário] e também nas comissões”, avaliou a senadora Simone Tebet (MDB-MS) que será indicada como primeira líder da nova bancada. A ideia é que haja revezamento semestral no cargo entre as 12 senadoras.

Para comemorar o mês da mulher, além do texto que garante o direito a uma liderança na Casa, as senadoras conseguiram apoio de Pacheco para convencer o colégio de líderes a votar outras três propostas sugeridas por elas no mês de março.

As pautas foram defi-

nidas por votação entre as parlamentares. Uma delas é a proposta que estabelece prisão de até quatro anos para a prática de perseguição obsessiva, também conhecida também como stalking. A perseguição obsessiva é uma prática reiterada, em que a vítima é ameaçada psicologicamente ou até fisicamente e tem sua liberdade de ir e vir restringida. O criminoso, que pode atuar também por meio da internet, perturba a liberdade ou invade a privacidade da vítima. O texto da senadora Leila Barros (PSB-DF), aprovado pelo Senado, foi modificado na Câmara em dezembro do ano passado e, por isso, precisará de nova análise dos senadores.



## CNA projeta crescimento de 2,5% do PIB agropecuário em 2021; milho pode pressionar



O PIB agropecuário, que mede a atividade dentro da porteira, deverá voltar a crescer este ano, com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) projetando aumento de 2,5% sobre 2020, caso o clima colabore com a segunda safra de milho, que terá boa parte plantada fora da janela climática ideal após um atraso da colheita de soja.

Segundo o coordenador do Núcleo Econômico da CNA, Renato Conchon, a estimativa ainda pode ter viés de alta, se a demanda internacional pelos produtos brasileiros ficar aquecida ou a economia interna melhorar; ou de baixa, na hipótese de algum problema de safra, notadamente de milho.

O cereal e a soja são duas das principais culturas do Brasil. No caso da oleaginosa, a safra está bem encaminhada para ter novo recorde, enquanto o país planta a maior parte do cereal na segunda safra, na sequência da colheita da verão, o que está ocorrendo agora.

“O que vimos foi um atraso de 40 dias (na soja), e isso no cômputo geral não vai ter grandes prejuízos. Mas um terço da safra do milho segunda safra será plantado fora da janela ideal de plantio (pelo atraso da soja). Isso sim, se der alguma estiagem mais severa, pode influenciar no milho segunda safra e outras culturas”, disse ele.

“O clima é o fator que estamos olhando com mais preocupação, que pode fazer com

que haja um recuo do PIB da agropecuária”, acrescentou.

Em 2020, conforme informou nesta quarta-feira o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Agropecuária foi o único setor que cresceu, com 2%, ante queda de 3,5% na Indústria e recuo de 4,5% em Serviços.

O PIB do país, como um todo, caiu 4,1%, na maior retração em 24 anos sob impacto das medidas de contenção do coronavírus.

O aumento da Agropecuária foi impulsionado pela soja (7,1%) e café (24,4%), que tiveram produções recordes na série histórica.

Dessa forma, a participação da agropecuária no PIB nacional subiu de 6,7% em 2019 para 7,1% em 2020, disse o especialista da CNA.

Reuters/Notícias Agrícolas

## Contratação de apólices de seguro rural cresceu mais que o dobro em 2020

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) divulgou nesta quarta-feira (03) o resultado consolidado da execução do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) em 2020. Foram aplicados R\$ 881 milhões em subvenção ao prêmio, o que permitiu apoiar a contratação de 193.470 apólices de seguro rural. Essas apólices foram contratadas pelos produtores rurais em todas as regiões do país e totalizaram 13,7 milhões de hectares segurados. Já o valor total segurado por essas apólices representou a importância de R\$ 45,7 bilhões.

A Ministra Tereza Cristina comemorou o expressivo crescimento das contratações em 2020 e destacou a necessidade de consolidar o seguro

rural como uma das principais ferramentas de gestão de risco disponíveis para o produtor. “No ano passado, foi possível alcançar um patamar importante para o seguro rural. Em 2019, o PSR atendia cerca de 42 mil produtores, e em 2020 conseguimos apoiar 105 mil produtores”, aponta a ministra.

“Considerando os sucessivos problemas climáticos observados nos últimos anos, cada vez mais severos, o produtor rural não deveria plantar sem a proteção do seguro e seguindo as recomendações do Zarc. Apenas em 2020 as seguradoras pagaram em indenizações aos produtores aproximadamente R\$ 2,5 bilhões, isso demonstra a efetividade do seguro”, avalia o diretor do Departamento de Gestão de Riscos do Mapa, Pedro Loyola.

Notícias Agrícolas



## Senado aprova criação de fundos de investimento para agroindústria



O Senado aprovou nesta terça-feira (2) o PL 5.191/2020, projeto de lei que cria os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro). Os senadores não fizeram modificações na proposta, mantendo o texto que já havia sido aprovado na Câmara dos Deputados. O senador Carlos Fávaro (PSD-MT), que foi o relator do projeto, rejeitou as emendas de conteúdo apresentadas no Senado e fez apenas emendas de redação ao texto. O projeto segue agora para sanção do presidente da República.

Segundo Fávaro, o Fiagro permitirá que qualquer investidor, nacional ou estrangei-

ro, possa direcionar seus recursos ao setor agropecuário, diretamente para aquisição de imóveis rurais ou indiretamente para aplicação em ativos financeiros atrelados ao agronegócio.

O senador disse que a expectativa do mercado financeiro é captar até R\$ 1 bilhão ao final do primeiro semestre de funcionamento do fundo. Para ele, a regulação feita pelo projeto propiciará segurança jurídica ao investidor.

O texto-base do projeto foi aprovado no Senado em 10 de fevereiro, ficando pendente a votação de dois destaques apresentados por MDB e PT. O primeiro destaque já havia sido retirado pelo partido, enquan-

to o segundo ainda aguardava votação em Plenário.

Esse segundo destaque, apresentado pelo senador Paulo Rocha (PT-PA), suprime do projeto um dispositivo que permite a aplicação de recursos do Fiagro na aquisição de propriedades rurais por investidores brasileiros e estrangeiros. Mas, antes da votação desta terça, o destaque foi retirado pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE) para acelerar o exame da matéria. O líder do PT, contudo, registrou a insatisfação dos pequenos e médios agricultores familiares com o teor do projeto que seria aprovado pelo Plenário do Senado.

Agência Senado

**SER ESPECIAL Associação Assistencial de Integração ao Trabalho**

CNPJ/MF nº 05.446.196/0001-66

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em reais (centavos omitidos)				Demonstrações dos Resultados Em reais (centavos omitidos)				Demonstrações dos Resultados Abrangentes			
Ativo	NE	2019	2018	Passivo	NE	2019	2018			2019	2018
<b>Circulante</b>		<b>379.918</b>	<b>242.486</b>	<b>Circulante</b>		<b>789.676</b>	<b>624.760</b>	<b>Receitas Brutas</b>		<b>3.921.276</b>	<b>3.576.757</b>
Caixa e equivalentes de caixa	3	46.448	28.443	Obrigações comerciais	6	332.403	342.559	<b>Receitas de estatutárias</b>		<b>2.875.637</b>	<b>1.791.417</b>
Contas a receber	4	308.426	170.170	Obrigações trabalhistas	6	147.348	119.829	Receitas	10	<b>2.875.637</b>	<b>1.791.417</b>
Valores a recuperar	4	6.219	6.193	Obrigações tributárias	7	157.232	45.976	Com prestação de serviços		3.026.986	1.885.709
Outros créditos	4	18.825	37.680	Empréstimos e mútuos a pagar	8	47.973	7.165	(-) Abatimentos		(151.349)	(94.292)
<b>Não circulante</b>		<b>423.607</b>	<b>428.393</b>	Férias a pagar		104.720	109.251	Outras Receitas	10	<b>1.042.676</b>	<b>1.781.628</b>
Imobilizado	5	423.607	428.393	<b>Não circulante</b>		<b>67.202</b>	<b>92.586</b>	Doações		999.925	1.311.881
				Obrigações tributárias	7	23.202	7.606	Outras Receitas		42.751	469.748
				Empréstimos e mútuos a pagar	8	44.000	84.980	Trabalho voluntário	13	-	-
				<b>Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)</b>	9	<b>(53.353)</b>	<b>(46.487)</b>	<b>Receitas financeiras</b>		<b>2.963</b>	<b>3.711</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>803.525</b>	<b>670.879</b>	<b>Total Passivo</b>		<b>803.525</b>	<b>670.879</b>	Receitas financeiras		2.963	3.711

**Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras**

**1. Contexto operacional** – A Ser Especial – Associação Assistencial de Integração ao Trabalho - A.A.I.T., fundada em 13/05/2002, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com seus atos constitutivos registrados no cartório de registros especiais de títulos e documentos, sob o nº 139.406, inscrita no CNPJ sob o nº 05.446.196/0001-66, qualificada como O.S.C.I.P. sob nº 08071.002401/2015-67, em 11 de agosto 2015, pelo Ministério da Justiça, e com CEBAS nº 235874.0015045/2020 publicado em 31/08/2020, é uma associação civil, com personalidade jurídica de Direito Privado, de caráter assistencial, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tendo como atividade preponderante a assistência social, com sede e foro na Rua Baronesa de Bela Vista, nº 411, Conjuntos 01, 02 03, Vila Congonhas, São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. A Ser Especial – Associação Assistencial de Integração ao Trabalho - A.A.I.T. tem por finalidades: I – Promoção de Assistência Social; II – Promoção gratuita de educação, observando a forma complementar de participação das organizações de que trata a Lei 9.790/99; III – Promoção do esporte, cultura e artes através de atividades junto às populações em situação de risco social, especialmente, crianças e adolescentes, moradores de rua, pessoas com deficiência e mulheres, visando à sua emancipação na sociedade e a defesa dos seus direitos; IV – Estudo, produção e divulgação de pesquisas e tecnologias alternativas, bem como informações e conhecimentos técnicos e científicos relacionados às formas de intervenção social e cultural; V - Capacitação de populações de vulnerabilidade social e incubação de atividades que promovam geração de renda por meio de novos modelos sócio- produtivos e sistemas alternativos de produção, comércio e serviços, tal como cooperativas de produção; através da operacionalização de programas de Estágio de Estudantes, nos termos da Lei 11.788/08; atuar na integração ao trabalho e desenvolver atividades para promoção de integração ao mercado de trabalho, de acordo com a Constituição Federal (Art. 203, Inciso III e Art. 214, Inciso IV); VI - Desenvolvimento, implantação e gerenciamento de projetos de natureza ambiental, tais como projetos relacionados a crédito de carbono, impacto ambiental de empreendimentos, adequações para obtenção de certificação ambiental e de outras naturezas; VII – Realização de eventos de qualquer natureza, tais como, comemorações, convenções, workshops, seminários, exposições e shows, relacionados ao tema responsabilidade social, marketing relacionado a causa e outros relacionados; VIII – Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável; IX – Desenvolver atividades de treinamento, capacitação e atualização profissional; X – Promover ações e capacitação profissional para inclusão ao mercado de trabalho a pessoa com deficiência; XI – Promover ações que contribuam para assegurar a pessoa com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, a previdência social, a assistência social, ao transporte público, a cultura, ao amparo a infância e a maternidade, e de outros que, decorram da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico, bem como dando prioridade absoluta a criança e aos adolescentes conforme o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA; XII – Executar a gestão, manter, captar recursos, praticar atividades me e atividades correlatas; XIII – Promoção Social, promoção de direitos estabelecidos, além da promoção da ética, da paz, da cidadania e dos direitos humanos, por meio do amparo, proteção e desenvolvimento de pessoas em estado de vulnerabilidade social, em sintonia com a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Política Nacional de Assistência Social, PNAS e Norma Operacional Básica de Assistência Social – NOB/2005. **Objetivo Geral:** Promover a inclusão social e profissional de pessoas com deficiência e jovens aprendizes, no mercado de trabalho, por meio da inclusão monitorada. A Ser Especial – Associação Assistencial de Integração ao Trabalho - A.A.I.T., atua preponderantemente na Assistência Social. Todos os serviços prestados são gratuitos para todos os usuários-assistidos. Oferece Serviços na Proteção Social Básica – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para adolescentes de 14 a 17 anos, jovens de 18 a 29 anos e adultos de 30 a 59, com deficiência ou não, voltados para a Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho. Em 2019, os programas desenvolvidos foram ofertados no CECAP – Centro de Capacitação e Aprendizagem Profissional (Matriz), CNPJ: 05.446.196/0001-66 e CCAB – Centro de Capacitação e Aprendizagem (Filial), CNPJ: 05.446.196/0002-47, ambos na Cidade de São Paulo/SP: **1) Programa de Capacitação Profissional para Pessoas com Deficiência:** Treinamentos oferecidos pela Ser Especial, com duração de aproximadamente 06 meses, com carga horária de 200 a 240 horas. **Objetivo:** Preparar Pessoas com Deficiência e/ou reabilitados pelo INSS com conhecimentos, habilidades e atitudes que facilitem sua inclusão no mundo do trabalho em uma ocupação profissional específica. **Público atendido:** Pessoas jovens e adultas com deficiência, independente de gênero, idade, raça/etnia e/ou grau de exposição à vulnerabilidade e/ou risco social, cujo processo de triagem e atendimento indicou possibilidade para encaminhamento a esse tipo de oferta. **Nº de usuários atendidos:** 300 usuários atendidos. **Origem dos recursos:** Doações de Pessoas Jurídicas, Físicas e Taxa Administrativa dos Contratos com as Empresas contratantes. **2) Programa de Inclusão no Mundo do Trabalho pela Aprendizagem Profissional:** Processo de apoio à inclusão de adolescentes/jovens, acima de 14 anos, com ou sem deficiência, no Programas de Aprendizagem Profissional em empresas parceiras, com o suporte e acompanhamento teórico, pedagógico, social e comportamental da equipe da multiprofissional. **Objetivo:** Proporcionar aos aprendizes um suporte teórico básico e específico, bem como acesso às atividades necessárias para construção das competências abrangidas pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) para a função de "Auxiliar de Administração". Ao final do programa o aprendiz será capaz de: executar serviços de apoio para as áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atender fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços; tratar documentos variados, cumprindo os procedimentos necessários referentes aos mesmos. **Público atendido:** Adolescentes/Jovens de 14 a 24 anos que estejam cursando ou já concluíram o ensino médio e estejam interessados em participar do programa, se menores de 18 anos, precisam estar estudando, independentemente da série/curso, gênero, raça, etnia e/ou grau de exposição à vulnerabilidade ou risco social. Para Pessoas com Deficiência não existe máximo de idade, nem nível de escolaridade. **Nº de usuários atendidos:** 64 usuários com deficiência e 82 usuários sem deficiência. Total = 146. **Origem dos recursos:** Doações de Pessoas Jurídicas, Físicas e Taxa Administrativa dos Contratos com as Empresas contratantes. **3) Programa de Apoio à Inclusão Profissional de Pessoas com Deficiência na Modalidade Competitiva:** Processo de apoio realizado para contratação regular dos usuários por empresas parceiras, de acordo com a legislação trabalhista e previdenciária (CLT), com mediação e acompanhamento laboral, comportamental e psicossocial de técnicos da equipe multiprofissional. **Objetivo:** Apoiar a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, em empresas parceiras, pelo regime de cotas (Lei Federal nº 8213/91, regulamentada pelo decreto nº 3.298/98) na modalidade competitiva. **Público atendido:** Pessoas com mais de 18 anos, com deficiência, independente de gênero, idade, raça, etnia ou grau de exposição à vulnerabilidade e/ou risco social, cujo processo de triagem e atendimento indicou possibilidade para encaminhamento a esse tipo de oferta. **Nº de usuários atendidos:** 900 usuários atendidos. **Origem dos recursos:** Doações de Pessoas Jurídicas, Físicas e Taxa Administrativa dos Contratos com as Empresas contratantes. **4) Programa de Apoio à Inclusão Profissional de Pessoas com Deficiência na Modalidade Seletiva:** Processo de apoio à contratação de pessoas com deficiência intelectual grave e/ou severa por empresa parceira, de acordo com a legislação trabalhista e previdenciária. A Ser Especial atua desde a contratação – a divulgação de vagas, seleção dos usuários para participarem do processo seletivo nas empresas parceiras – até o próprio desenvolvimento das atividades laborais, que são realizadas em oficinas de apoio e procedimentos especiais, nas dependências da Ser Especial, acompanhadas por nossa equipe de Técnicos especializados, com supervisão da empresa parceira. **Objetivo:** Apoiar a inclusão do deficiente no mercado de trabalho, pelo regime de cotas (Lei Federal nº 8213/91, regulamentada pelo decreto nº 3.298/98) de pessoas com deficiência intelectual grave e severa, através de oficinas protegidas terapêuticas (trabalho apoiado), realizadas pela Ser Especial AAIT e mantidas por empresas conveniadas (inclusão na modalidade seletiva). **Público atendido:** Pessoas com mais de 18 anos, comprovadamente com deficiência intelectual grave e/ou severa (necessidade de laudo médico comprobatório), que desejam exercer uma atividade laboral, independentemente de gênero, escolaridade, raça, etnia/ e ou grau de vulnerabilidade social, cujo processo de triagem e atendimento indicou possibilidade para encaminhamento a este tipo de oportunidade. Entende-se que a pessoa com deficiência de grave a severa apresenta, intrinsecamente, risco social, de moderado

Demonstrações dos Resultados Em reais (centavos omitidos)			
	NE	2019	2018
<b>Receitas Brutas</b>		<b>3.921.276</b>	<b>3.576.757</b>
<b>Receitas de estatutárias</b>		<b>2.875.637</b>	<b>1.791.417</b>
Receitas	10	2.875.637	1.791.417
Com prestação de serviços		3.026.986	1.885.709
(-) Abatimentos		(151.349)	(94.292)
Outras Receitas		1.042.676	1.781.628
Doações	10	999.925	1.311.881
Outras Receitas		42.751	469.748
Trabalho voluntário	13	-	-
<b>Receitas financeiras</b>		<b>2.963</b>	<b>3.711</b>
Receitas financeiras		2.963	3.711
<b>Despesas</b>		<b>(3.928.142)</b>	<b>(3.216.305)</b>
<b>Despesas estatutárias</b>		<b>(3.928.142)</b>	<b>(3.216.305)</b>
Despesas com pessoal		(1.772.859)	(1.559.912)
Despesas gerais e administrativas		(890.457)	(671.286)
Serviços de terceiros		(937.980)	(764.518)
Despesas tributárias		(67.455)	(39.564)
Despesas financeiras		(168.597)	(35.250)
<b>Despesas com depreciação</b>		<b>(48.524)</b>	<b>(41.356)</b>
<b>Despesas com projeto Somar</b>		<b>(42.270)</b>	<b>(104.420)</b>
Trabalho voluntário	13	-	-
<b>Superávit (Déficit) do Exercício</b>		<b>(6.866)</b>	<b>360.452</b>

5. Imobilizado			
	Taxas	2019	2018
Móveis e utensílios	10%	183.152	130.031
Equipamentos de informática		(53.121)	130.031
Benefetorias em imóveis de 3ºs	10%	289.511	256.840
Telefonia	10%	1.098	906
<b>Total</b>		<b>538.084</b>	<b>423.893</b>

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2019	2018
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>428.393</b>	<b>410.360</b>
<b>Adições</b>		
Móveis e utensílios	48.068	4.888
Equipamentos de informática	8.989	30.009
Benefetorias em imóveis de 3ºs	49.016	23.394
Telefonia	-	1.098
<b>Total - Adições</b>	<b>106.073</b>	<b>60.389</b>
<b>Baixas líquidas</b>	<b>(62.334)</b>	<b>(-)</b>
<b>Depreciações</b>	<b>(48.524)</b>	<b>(41.356)</b>
<b>Saldo no fim do exercício</b>	<b>423.607</b>	<b>423.893</b>
<b>6. Obrigações sociais e trabalhistas</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Salário a pagar	78.364	65.987
FGTS a recolher	25.061	17.538
INSS a recolher	28.462	20.427
Contribuição sindical	434	434
Pensão alimentícia	-	1.262
Bolsa estagiário a pagar	15.027	9.111
Parcelamento INSS	15.027	5.071
<b>Curto prazo</b>	<b>147.348</b>	<b>118.829</b>
Parcelamento INSS	23.202	7.606
<b>Longo prazo</b>	<b>23.202</b>	<b>7.606</b>
<b>Total</b>	<b>170.550</b>	<b>139.364</b>

A entidade registrava valores a recolher referente ao INSS – nota patronal atrelada ao exercício de 2017, por não possuir o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS-Assistência Social). A partir de 2018, com base em Parecer de sua assessoria jurídica, deixou de reconhecer essa obrigação revertendo o montante registrado para o resultado. Essa decisão foi pautada nos recentes julgados do Supremo Tribunal Federal que definiu a obrigatoriedade de edição de Lei Complementar para a regulamentação da concessão da imunidade tributária para entidades beneficentes. Além disso, o Parecer Jurídico observa que não há que se falar no atendimento de condições estabelecidas em Lei Ordinária para a concessão da imunidade previdenciária prevista na Constituição Federal quando atendidas as condições estabelecidas no Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25/10/1966, arts. 9 e 14) Portanto, entende que a Associação deve ser considerada imune, nos termos do artigo 195, § 7º da Constituição Federal. Em abril/2020 requereu o CEBAS, deferido em agosto/2020 sob nº 235874.0015045/2020, junto ao Ministério da Assistência Social.

	2019	2018
<b>7. Obrigações tributárias</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
IRRF sobre salários	4.827	3.126
PIRF sobre serviços de terceiros	1.259	276
ISS/COFINS/CSLL a recolher	506	387
ISS a recolher	148.286	39.914
PIS a recolher	2.314	2.247
ISS terceiros a recolher	41	26
<b>Total</b>	<b>157.232</b>	<b>45.976</b>
<b>8. Empréstimos e mútuos a pagar</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Empréstimos a pagar	47.973	7.165
<b>Curto prazo</b>	<b>47.973</b>	<b>7.165</b>
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Mútuos a pagar – Clyma Assessoria	20.000	84.980
Mútuos a pagar – Gaia	24.000	-
<b>Longo prazo</b>	<b>44.000</b>	<b>84.980</b>
<b>Total</b>	<b>91.973</b>	<b>92.145</b>

**9. Patrimônio líquido** – O patrimônio social da Associação está composto pelos superávits e déficits acumulados ao longo dos exercícios anteriores. Em 31/12/2019, o patrimônio líquido (passivo a descoberto) da Associação foi de (R\$ 53.353). E em 31/12/2018 o passivo a descoberto foi igual a (R\$ 46.487). **10. Origem dos recursos**

	2019	2018
Serviços Prestados	3.028.693	1.885.849
<b>Doações</b>		
Pessoas Físicas (sem restrição)	700	36.480
Pessoas Jurídicas (sem restrição)	999.225	1.275.400
<b>Total</b>	<b>4.028.618</b>	<b>3.197.730</b>

**11. Partes relacionadas** – Durante os exercícios a sociedade praticou as seguintes transações com partes relacionadas, efetuadas a preços e condições normais de mercado. Os saldos estão apresentados a seguir: (a) Nos ativos: registros efetuados na rubrica de "contas a receber":

	2019	2018
Contas a receber: serviços prestados – Colégio Paulicéia	-	41.000
Contas a receber: serviços prestados – Clyma Assessoria	8.000	-
Mútuos a receber – Gaia	9.000	-
<b>Total</b>	<b>17.000</b>	<b>41.000</b>

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

**À Diretoria da SER ESPECIAL – Associação Assistencial de Integração ao Trabalho São Paulo-SP**

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da SER ESPECIAL – Associação Assistencial de Integração ao Trabalho "Associação", que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2019, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SER ESPECIAL – Associação Assistencial de Integração ao Trabalho, em 31/12/2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à "Associação", de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. **Ênfases: Obrigações previdenciárias:** A Administração da "Associação" de acordo com parecer de sua assessoria jurídica deixou de reconhecer e recolher valores relativos ao INSS – Cota Patronal, fundamentado também em decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, conforme detalhado na nota explicativa nº 6. Contudo, de acordo com o entendimento da Receita Federal, para que se tenha direito à isenção, é necessário que a entidade obtenha o CEBAS – Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social, que conforme descrito na mesma nota foi deferido em agosto de 2020, tratando-se de um evento subsequente às demonstrações financeiras. Portanto, entendemos

Demonstrações dos Resultados Abrangentes			
	2019	2018	
<b>Superávit (Déficit) do Exercício</b>	<b>(6.866)</b>	<b>360.452</b>	
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>(6.866)</b>	<b>360.452</b>	

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

Em reais (centavos omitidos)			
	2019	2018	
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	
Patrimônio social	(46.487)	(406.939)	
Superávit (déficit) exercício	(6.866)	360.452	
<b>No final do exercício</b>	<b>(53.353)</b>	<b>(46.487)</b>	

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto**

Em reais (centavos omitidos)			
	2019	2018	
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	
Superávit (déficit) líquido	(6.866)	360.452	
Despesas com depreciação	48.524	41.356	
<b>Varições nos ativos e passivos operacionais aumentos (diminuições)</b>			
Aumento/diminuição em créditos a receber	(138.256)	(110.898)	
Aumento/diminuição em valores a recuperar	(26)	(204)	
Aumento/diminuição em outros créditos	18.855	(8.688)	
Aumento/diminuição nas obrigações comerciais	(10.156)	97.523	
Aumento/diminuição em salários e férias a pagar	22.988	(396.239)	
Aumento/diminuição em obrigações tributárias	126.853	41.924	
Aumento/diminuição outras contas a pagar	-	(7.740)	
<b>Caixa líquido proveniente das ativ. operacionais</b>	<b>61.915</b>	<b>17.485</b>	
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Compra de ativo imobilizado	(106.073)	(59.389)	
Baixa de ativo imobilizado	62.334	-	
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>	<b>(43.739)</b>	<b>(59.389)</b>	
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Financiamento de curto e longo prazo	(172)	39.365	
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamento</b>	<b>(172)</b>	<b>39.365</b>	
<b>Variação do caixa e equivalente de caixa</b>	<b>18.004</b>	<b>(2.538)</b>	
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	<b>28.443</b>	<b>30.981</b>	
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</b>	<b>46.448</b>	<b>28.443</b>	
<b>Variação do caixa e equivalente de caixa</b>	<b>18.004</b>	<b>(2.538)</b>	

(b) Nos passivos: registros efetuados nas rubricas de "Obrigações comerciais" e "Empréstimos e mútuos".

	2019	2018
Aluguéis a pagar partes relacionadas	205.000	232.000
Mútuos a pagar – Clyma Assessoria	20.000	84.980
Mútuos a pagar – Gaia	24.000	0,00
<b>Total</b>	<b>249.000</b>	<b>316.980</b>

**12. Requisitos da imunidade tributária** – A Ser Especial – Associação Assistencial de Integração ao Trabalho - A.A.I.T. é uma associação civil, com personalidade jurídica de Direito Privado, de caráter assistencial, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tendo como atividade preponderante a assistência social. É imune a incidência de impostos por força do artigo 150, inciso VI alínea "c" e seu parágrafo 4º e artigo 195 parágrafo 7º da Constituição Federal de 05/10/1988, e, para tanto: a) não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; b) aplica integralmente no país os recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; c) mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. d) A Ser Especial – Associação Assistencial de Integração ao Trabalho - A.A.I.T., qualificada como O.S.C.I.P. sob nº 08071.002401/2015-67, pelo COMAS sob o nº 1435/2017. Assim, a entidade beneficente fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212

# Publicidade Legal

... continuação

**Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e

internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre

a eficácia dos controles internos da "Associação". • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da "Associação". Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia,

eventos ou condições futuras podem levar a "Associação" a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2021.

**Cokinos & Associados Auditores Independentes S/S**

CRC 2SP 15.753/0-0

**Edson José da Silva** – Contador

CRC 1SP 251.112/0-9 | CNIAI nº 2211

## Rype SPE10 – Empreendimento Imobiliário S.A.

CNPJ/MF nº 17.321.339/0001-92

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em Reais)		Demonstração de Resultado		Demonstração do Fluxo de Caixa		
Ativo	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Balancos Patrimoniais</b>						
<b>Circulante</b>	<b>51.738.541</b>	<b>33.533.308</b>			<b>9.876.341</b>	<b>9.485.845</b>
Caixa e equivalentes de caixa	377	377				
Bancos conta movimento	898.796	1.659.484				
Aplicações financeiras	2.704.329	649.410				
Clientes	41.174.704	25.042.385			1.034.272	695.965
Outros Adiantamento	–	8.639			1.034.272	695.965
Imposto a recuperar	26.107	24.377				
Estoque de imóveis em construção	6.934.228	6.148.635				
<b>Não Circulante</b>	<b>–</b>	<b>1.034.272</b>				
Imobilizado	–	1.034.272				
<b>Total do Ativo</b>	<b>51.738.541</b>	<b>34.567.580</b>				
<b>Passivo</b>						
<b>Circulante</b>	<b>8.741.300</b>	<b>8.094.023</b>				
Fornecedores	884.637	826.973				
Obrigações Fiscais	1.765.759	1.019.912				
Outras obrigações	621.810	3.047.138				
Empréstimos Bancários	5.469.093	3.200.000				
<b>Não Circulante</b>	<b>26.488.206</b>	<b>8.840.862</b>				
Provisão para decaimento	8.582.969	8.840.862				
Empréstimos Bancários LP	17.905.237	–				
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>16.509.035</b>	<b>17.632.694</b>				
Capital social	15.895.940	15.895.940				
Reserva de Lucros	613.095	1.736.754				
<b>Total do Passivo</b>	<b>51.738.541</b>	<b>34.567.580</b>				
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis</b>						
<b>1. Contexto Operacional</b> – A Companhia tem por objeto social o planejamento, a promoção e o desenvolvimento de um empreendimento imobiliário nos imóveis localizados na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Domingos Osvaldo Bataglia nºs 49, 59, 67,77 e Rua Senador Casimiro da Rocha, nºs 800 e 840,810 e 822. <b>Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis:</b> As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2020 e 2019 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei nº 6.404/76, alteradas pela Lei nº 11.638/07, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC, homologados pelos órgãos reguladores. <b>2. Principais práticas contábeis adotadas – (a) Apuração do resultado:</b> As receitas e despesas são registradas no seu período de competência. <b>(b) Ativos e passivos circulantes:</b> Os ativos são apresentados ao valor de custo ou realização,						
<b>Rita de Cassia Yazbek</b> – Diretor CPF nº 050.716.628-09						
<b>Michelle Alves Gonçalves</b> – Contadora CRC: SP237.102/0-2 CPF: 304.322.628-30						

## Cotação das Moedas

- Coroa (Suécia) - 0,6826
- Dólar (EUA) - 5,7342
- Franco (Suíça) - 6,2512
- Iene (Japão) - 0,05361
- Libra (Inglaterra) - 8,0130
- Peso (Argentina) - 0,06356
- Peso (Chile) - 0,007852
- Peso (México) - 0,2746
- Peso (Uruguai) - 0,1323
- Yuan (China) - 0,8866
- Rublo (Rússia) - 0,07754
- Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,9235

**Tulimieri Participações S.A.**  
(Em organização)

**Ata de Assembleia Geral de Constituição realizada em 01 de junho de 2020**  
As 01/06/2020, às 15:00hs, na Rua Líbero Badaró, 293, 21º andar, conjunto 21-C, Sala 18, São Paulo-SP, reuniram-se em Assembleia Geral, para deliberar sobre a constituição de **Tulimieri Participações S.A.**, todos os fundadores e subscritores do capital inicial da aludida Sociedade, a saber: (a) **LB 1 Participações Ltda.**, CNPJ/MF nº 28.120.044/0001-74 e NIRE 35235053294, neste ato representada pelo seu sócio administrador o Sr. Carlos Eduardo Prado, RG nº 14.869.803-7 SSP/SP e CPF/MF nº 035.156.498-59; e (b) **LB 2 Participações Ltda.**, CNPJ/MF nº 28.223.069/0001-01 e NIRE 35235013551, neste ato representada pelo sócio administrador Carlos Eduardo Prado, acima qualificado. Por aclamação, assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Carlos Eduardo Prado, que convidou a mim, Silvia Aparecida dos Anjos, para secretária-ia. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente declarou que, como era de conhecimento dos presentes, a Assembleia tinha por finalidade a constituição de uma sociedade anônima de capital fechado, na forma do disposto na Lei 6.404/76, sob a denominação de Tulimieri Participações S.A., com um capital inicial de R\$ 1.200,00, representado por 1.200 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O Sr. Presidente esclareceu que os fundadores haviam procedido à subscrição da totalidade das ações representativas do capital inicial da Sociedade, conforme Boletim de Subscrição, que faz parte integrante desta ata como anexo 1. O Sr. Presidente esclareceu, ainda, que a acionista **LB 1 Participações Ltda.**, integralizou, neste ato, 108 ações ordinárias nominativas, tendo realizado o depósito de R\$ 108,00 no Banco do Brasil S/A, e a acionista **LB 2 Participações Ltda.**, integralizou, neste ato, 12 ações ordinárias nominativas, tendo realizado o depósito de R\$ 12,00 no Banco do Brasil S/A, ficando, dessa forma, integralizado 10% do capital da Sociedade. A acionista **LB 1 Participações Ltda.**, integralizará as 1.080 ações ordinárias nominativas, realizando o depósito em moeda corrente nacional no valor de R\$ 1.080,00 no prazo de 90 dias após os registros da constituição da sociedade na JUCESP e obtenção do CNPJ junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Sr. Presidente submeteu à apreciação dos subscritores o Projeto de Estatuto, cujo texto foi aprovado por unanimidade de votos dos presentes, sendo o mesmo transcrito a seguir: **"Estatuto Social. Artigo 1º.** Tulimieri Participações S.A. é uma sociedade anônima, com sede e foro na Rua Líbero Badaró, 293, 21º andar, conjunto 21 C, Sala 18, São Paulo-SP, com prazo indeterminado de duração. Sua Diretoria pode abrir ou encerrar filiais ou outras dependências. **Artigo 2º.** A Sociedade tem por objeto a participação em outras sociedades, seja exercendo o controle ou participando em caráter permanente com investimento relevante em seu capital. **Artigo 3º.** O capital da Sociedade, parcialmente integralizado, é de R\$ 1.200,00, representado por 1.200 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A acionista **LB 1 Participações Ltda.**, integralizará as 1.080 ações ordinárias nominativas, realizando o depósito em moeda corrente nacional no valor de R\$ 1.080,00 no prazo de 90 dias após os registros da constituição da sociedade na JUCESP e obtenção do CNPJ junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil. A Assembleia Geral poderá criar ações preferenciais, de uma ou mais classes, com ou sem direito de voto, sem quando proporção com as ordinárias. **Artigo 4º.** A Sociedade será administrada por uma Diretoria composta de dois membros, sendo um deles designado Diretor Presidente. O mandato dos diretores é de três anos, permanecendo em seus cargos até substituição ou reeleição. Sua remuneração será estabelecida anualmente pela Assembleia Geral. **Artigo 5º.** A Diretoria tem poderes irrestritos de administração, inclusive para outorga de avais e fianças. A assinatura isolada de qualquer Diretor ou procurador obrigará a Sociedade. Os mandatos em nome da Sociedade devem ser outorgados por prazo determinado, exceção aos casos de representação perante o foro em geral. **Artigo 6º.** A Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, se instalará e se realizará na forma da lei. **Artigo 7º.** O Conselho Fiscal não tem funcionamento permanente e se instalará na forma da lei. Quando instalado, será composto por três membros efetivos e igual número de suplentes. **Artigo 8º.** O exercício social coincide com o ano civil. As demonstrações financeiras anuais serão apreciadas pela AGO, que deliberará sobre a distribuição de, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado na forma do artigo 202 da Lei das S.A., ou até sobre sua retenção, total ou parcial. **§ Único** – Balancetes trimestrais poderão ser elaborados e, por delegação da Assembleia Geral, declarados divididos com base neles. **Artigo 9º.** A Sociedade poderá ter seu tipo modificado por deliberação majoritária. Sua transformação não ensejará direito de resgate". Terminada a leitura do Estatuto Social, o Sr. Presidente informou que se fazia necessário proceder à eleição da Diretoria da Sociedade, tendo sido eleitos para um mandato de 3 anos, os Srs. Carlos Eduardo Prado, acima qualificado, que exercerá o cargo de Diretor Presidente e Silvia Aparecida dos Anjos, RG nº 18.275.141-7 SSP/SP e CPF nº 134.824.898-07, que exercerá o cargo de Diretora. Os Diretores ora eleitos declaram não estarem incurso em nenhum dos crimes prescritos em lei que os impeçam de exercer atividades mercantis. Foi, a seguir, estabelecido que a remuneração da Diretoria será fixada oportunamente pelas acionistas em assembleia geral. Por fim, foi mencionado que possa ser utilizado qualquer jornal de grande circulação para, juntamente com o "DOE-SP", proceder às publicações da Sociedade. Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. São Paulo, 01/06/2020. Assinaturas: Mesa: Carlos Eduardo Prado – Presidente; Silvia Aparecida dos Anjos – Secretária. **Visto do Advogado:** Darcio Siqueira de Sousa – OAB/SP nº 240.530. JUCESP – Registrado sob o NIRE 35.300.554.833 em 24/08/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

**Com bancos na ponta positiva, Ibovespa fecha em alta de 1,09%**

O Ibovespa parecia a caminho de manter a linha dos 110 mil pontos pela terceira sessão consecutiva, tendo chegado ontem aos 107.319,15 pontos na mínima do dia, em meio à expectativa para a votação da PEC Emergencial, amanhã, e a reação

do mercado à decisão do governo de elevar, ontem à noite, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos bancos.

Embora enfraquecido ao longo da sessão, rumor de que o presidente Jair Bolsonaro faria recuo tático, anunciando aumento menor do

que o inicialmente indicado (de 20% para 25%) na alíquota de CSLL dos bancos, contribuiu para manter o segmento entre os maiores vencedores do dia, com ganhos de 4,04% para Itaú PN e de 3,84% para BB ON, as duas maiores altas do Ibovespa.

IsotóDinheiro

**Rassini – NHK Autopeças Ltda.**  
CNPJ/MF nº 61.142.063/0001-77

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto pelo lucro líquido (prejuízo) por lote de mil quotas)

Ativo	Balanco Patrimonial		Passivo e patrimônio líquido	Demonstração do Resultado	
	2020	2019		2020	2019
<b>Circulante</b>	<b>142.062</b>	<b>94.947</b>	<b>Circulante</b>	<b>177.485</b>	<b>155.266</b>
Caixa e equivalentes de caixa	19.470	7.802	Fornecedores e outras obrigações	84.230	55.269
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	46.225	30.534	Fornecedores – Risco sacado	9.187	11.573
Estoques	52.282	51.367	Empréstimos e financiamentos	84.068	88.424
Impostos a recuperar	24.085	5.244	Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.871	1.813
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	Empréstimos e financiamentos	2.962	–
Impostos a recuperar	10.426	1.600	Provisões para contingências	7.079	7.557
Imobilizado	133.776	135.473	<b>Total do passivo</b>	<b>12.912</b>	<b>9.370</b>
Intangível	304	387	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>190.397</b>	<b>164.636</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>286.568</b>	<b>232.407</b>	Capital social	96.171	67.771
			Quotas em tesouraria	20.548	20.548
			Ajuste de avaliação patrimonial	(678)	(678)
			Lucros acumulados	29.253	30.293
			<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>286.568</b>	<b>232.407</b>
			Lucro no final do exercício por lote de mil quotas do capital social – R\$	13,82	4,98

**Renato Lopes de Carvalho Júnior** – Diretor Presidente  
**Daniel Bernardino Reyes Arroyo**  
Gerente Executivo de Administração e Finanças  
**Sueli Dal Re de Souza Vigato** – Contadora CRC 1SP 159.887/0-1

**Viação Bela Sintra Ltda.** – CNPJ/ME nº 23.851.448/0001-14 – NIRE 35.229.616.614

**Edita de Convocação – Reunião de Sócios**

Ficam convidados os sócios da Sociedade para participarem da Reunião de Sócios da Sociedade, a realizar-se às **10h00 do dia 12/03/2021**, na sede social localizada na Estrada João Rodrigues de Moraes, nº 1.488, sala 01, Lagoa, Itapeverica da Serra-SP, a fim de, nos termos da Cláusula 13 do Contrato Social da Sociedade, deliberar acerca da exclusão do Sr. **Marcelo Silvestre Ferrão Gomes** da qualidade de sócio de Sociedade, por infração grave, com fundamento nas alíneas a), b) e d) do § Único da Cláusula 13 do Contrato Social. São Paulo/SP, 04/03/2021. Fernando Manuel Mendes Nogueira/ Celso Ricardo Veiga. (04, 05 e 06/03/2021)

**Faça um orçamento conosco:**  
[comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

Para a versão online do jornal acesse nosso site:  
[www.datamercantil.com.br](http://www.datamercantil.com.br)

**DÓLAR compra/venda**  
Câmbio livre BC - R\$ 5,7336 / R\$ 5,7342 \*\*  
Câmbio livre mercado - R\$ 5,6600 / R\$ 5,6620 \*  
Turismo - R\$ 5,6670 / R\$ 5,8200  
(\* cotação média do mercado)  
(\*\*) cotação do Banco Central  
Variação do câmbio livre mercado no dia: -0,08%  
OURO BM&F R\$ 308,000  
BOLSAS B3 (Ibovespa)  
Variação: -0,32%  
Pontos: 111.183  
Volume financeiro: R\$ 48,773 bilhões

## Negócios

### Via Varejo: lucro de R\$ 1 bi em 2020 e plano de ser maior market-place do Brasil



**A** Via Varejo, dona das bandeiras Casas Bahia e Ponto Frio, teve lucro líquido contábil de R\$ 1 bilhão no ano passado, ante perda de R\$ 1,4 bilhão no ano anterior. O desempenho quase zerou a fatura dos problemas encontrados no balanço de 2019, que levaram ao ajuste bilionário no balanço do quarto trimestre daquele ano, herança da gestão anterior.

Mas o número do ano passado também tem efeitos extraordinários, dessa vez, positivos. Sem esse impacto, o lucro teria sido de R\$ 167 milhões, que reflete melhor o desempenho operacional. “Mesmo assim, acima do consenso de mercado que apon-

tava para R\$ 140 milhões”, conta Roberto Fulcherberguer, presidente da empresa.

Só que o que mais anima Fulcherberguer, apesar das conquistas de 2020, não é o passado, mas o que está por vir. “Acabou meu turnaround. Daqui para frente, eu só estou concentrado em evolução e crescimento”, sentencia, com uma lista de anúncios a fazer sobre o que já está vendo no desempenho de 2021.

Mesmo com a pandemia, que deixou 80% das lojas fechadas durante pelo menos um trimestre inteiro, a empresa teve receita líquida de R\$ 28,9 bilhões em 2020, crescimento de 12,7% na comparação com o ano anterior. O Ebitda contábil ajustado ficou

em R\$ 2,9 bilhões, ante R\$ 1 bilhão em 2019.

No quarto trimestre, descontados todos os efeitos de impostos do balanço, a receita líquida subiu 24,5%, ante os três últimos meses de 2019, para R\$ 9,5 bilhões. O GMV dos três últimos meses do ano foi puxado pelas vendas online, que tiveram alta de 110,5%, para R\$ 5,66 bilhões. As vendas brutas nas lojas físicas ficaram estáveis em R\$ 7 bilhões — algo que incomodou os investidores na prévia do Natal, e não foi pouco. O Ebitda saiu de R\$ 625 milhões para R\$ 709 milhões, e o lucro líquido subiu de R\$ 78 milhões para R\$ 209 milhões, na comparação anual.

Exame

### A BRF quer você na cozinha e, de preferência, consumindo produtos dela



**O** presidente da gigante de alimentos BRF, Lorival Luz, passou a última sexta-feira, 26, numa rotina intensa de videoconferências com analistas, investidores e funcionários. O motivo: comentar os resultados da empresa ao longo de 2020. Apesar da fadiga causada por tanto falatório, o humor de Luz não podia estar melhor. “Estou otimista com o resultado da empresa por tudo aquilo que a gente construiu no ano passado, com os novos produtos que a gente lançou”, disse ele. “A gente está bem positivo.”

A BRF conseguiu superar seus traumas dos últimos anos e, ao que tudo indica, saiu mais forte da pandemia. Em 2020, com o mundo de

### Vendas de veículos caem 16,7% e têm pior fevereiro em 3 anos, diz Fenabrave

**N**o pior fevereiro em três anos, as vendas de veículos novos no País caíram no mês passado 16,7% se comparadas ao volume do segundo mês de 2020, quando o mercado ainda funcionava sem as restrições da pandemia. Entre carros de passeio, utilitários leves, caminhões e ônibus, 167,4 mil unidades foram comercializadas, o que na comparação com janeiro representa uma queda de 2,2%.

Os dados foram divulgados nesta terça-feira, 2, pela Fenabrave, entidade que representa as concessionárias, e mostram que o mercado segue perdendo ritmo em meio à limitação da oferta de carros nas revendas, dada a falta de componentes que leva a atrasos de produção e paralisações de montadoras.

**D**e sde 2018, quando foram vendidos 156,9 mil veículos no segundo mês do ano, o setor não tinha um fevereiro tão fraco.

Em meses consecutivos, o último resultado foi o menor desde junho, confirmando assim o esfriamento do mercado após a arrancada, com a flexibilização das quarentenas, que levou os volumes mensais para acima de 200 mil veículos nos meses de setembro a dezembro.

No acumulado dos dois primeiros meses do ano, 338,5 mil veículos foram vendidos no Brasil, 14,2% abaixo do volume registrado no mesmo período de 2020.

No primeiro bimestre, a Fiat liderou as vendas, com 20,1% do total. Na sequência, aparecem Volkswagen



Exame

cabelo em pé por causa da crise sanitária, a empresa aumentou as receitas em 18% na comparação com o ano anterior – foram 39 bilhões de reais em vendas.

O lucro líquido da companhia, de 1,4 bilhão de reais no ano passado, é praticamente música para os ouvidos de investidores acostumados a escutar as notícias de prejuízos em série da maior processadora de alimentos do país. Em 2018, por exemplo, a companhia divulgou prejuízo societário de 4,4 bilhões de reais. Na comparação trimestral, os resultados de outubro a dezembro de 2020 mostram crescimento de dois dígitos em 12 meses e superaram as projeções de analistas (veja gráfico abaixo). “A gestão da

companhia está nos trilhos”, diz Luz.

Em boa medida o otimismo da BRF deriva de um efeito colateral da pandemia. Com a quarentena, a cozinha voltou a ganhar importância para muita gente acostumada a fazer refeições fora de casa antes da crise sanitária. Um público que até então tinha pouca ou nenhuma intimidade com a culinária usou o tempo livre trancado em casa para arriscar-se no preparo de quitutes como pães artesanais e bolos caseiros – e, claro, exibir o resultado no Instagram.

Atenta a essa mudança no hábito de consumo de alimentos, a BRF criou uma força-tarefa no ano passado para atender a essas novas demandas.

Exame